

## A REVISTA *PLURAL* NO CONTEXTO DE PROFISSIONALIZAÇÃO DA SOCIOLOGIA NO BRASIL:

entrevista com Maria Arminda do Nascimento Arruda

Realizada por Lucas Amaral de Oliveira e Rodrigo Correia do Amaral<sup>a</sup>

Maria Arminda do Nascimento Arruda é professora titular da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, livre-docente na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia da cultura, história social dos intelectuais, da literatura e das artes; Sociologia da comunicação de massas; e teoria sociológica. Dentre suas contribuições mais significativas para a construção de uma agenda de estudos para a Sociologia da cultura no Brasil, destacam-se as obras: *Metrópole e cultura: São Paulo no meio século XX* (São Paulo: Edusp, 2001), Prêmio Jabuti de 2002; *Mitologia da mineiridade: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil* (São Paulo: Brasiliense, 1990); e *A embalagem do sistema: a publicidade no capitalismo brasileiro* (São Paulo: Duas Cidades, 1985). Arruda notabilizou-se, ainda, por seus estudos sobre a Escola Paulista de Sociologia e, mais especificamente, a Sociologia de Florestan Fernandes. Dentro dos reconhecimentos que sua produção tem recebido junto à comunidade acadêmica, ganhou, em 2012, a Medalha Cultural e Comemorativa da trasladação dos despojos da Imperatriz Leopoldina, pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, e, em 2014, o Prêmio ANPOCS de Excelência Acadêmica “Antônio Flávio Pierucci” em Sociologia. Atualmente, é bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq – Nível 1A.

Arruda tem atuado, por outro lado, pela institucionalização do campo acadêmico no Brasil, desempenhando diferentes funções. Desde 2010, é Pró-Reitora de Cultura e Extensão Universitária da Universidade de São Paulo e membro do Comitê Institucional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS. Foi chefe do Departamento de Sociologia (2005-2008), coordenadora da Pós-Graduação em Sociologia (2000-2004), representante da área de Ciências Humanas no Conselho Técnico Científico da CAPES (1998-2001), Secretária Executiva da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS (2005-2008) – e representante da Área de Sociologia

---

a Respectivamente, doutorando e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP.

junto à CAPES (1997). A entrevista a seguir foi concedida pela professora à equipe da *Plural* em seu Gabinete, na Reitoria da Universidade de São Paulo, no dia 04 de novembro de 2014.

**Revista Plural** *A Plural completou seus vinte anos, em 2014, e, como a senhora foi uma figura central no início desse projeto, gostaríamos que falasse sobre o processo de criação da Revista dentro da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.*

**Maria Arminda do Nascimento Arruda** Antes de começar a falar sobre esse projeto da *Plural*, devo dizer que tenho grande orgulho de algumas iniciativas que fiz em minha vida, porque, muitas vezes, elas foram realizadas em momentos adversos. Um orgulho especial que tenho é a *Plural* – mesmo ela tendo sido feita em momento favorável. Agora, como a ideia da *Plural* foi pensada? Ingressei na USP em 1989. Havia prestado um concurso, em 1988, mas, por motivo de greve, só pude assumir plenamente o papel de professora da Universidade em 1989. Antes disso, tinha realizado minha Graduação e Pós-Graduação no Departamento de Sociologia. Quando assumi a coordenação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, poucos anos depois de me tornar professora – creio que já era 1993 –, percebi certas dificuldades, internas e externas. Uma delas era que nós nos constituíamos como um Programa forte, mas que não tinha expressão externa, não se apresentava às outras instituições como tal. Então, comecei a implantar iniciativas não costumeiras: *folders* que pudessem divulgar o Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Outra coisa que consegui realizar estava relacionada às condições funcionais do Departamento, o qual possuía, então, apenas três computadores: um na chefia, um na Pós e outro, se me lembro bem, na sala do professor José de Souza Martins, pois fazia parte de sua pesquisa financiada pela FAPESP.

Por outro lado, vivíamos, naquela época, uma situação excepcional. Era governo Itamar Franco – na verdade, a transição entre Collor e Itamar –, que assumiu como Presidente da República, indicando como ministro da Educação um educador de Juiz de Fora, Murílio de Avellar Hingel, o qual tinha um projeto de educação avançado. Por isso, colocou recursos à disposição dos programas de pós-graduação. Aproveitando que estávamos recebendo muitos recursos, formatizei o Departamento e fiz uma central telefônica, o que também não havia. O chefe de Departamento, na época, era o professor Fernando Mourão. Sugeri a ele, portanto, que agregássemos as secretarias, que é, fundamentalmente, o formato que temos hoje.

Nesse momento, tive que ir a Brasília para um encontro de coordenadores dos cursos de pós-graduação. Chegando lá, percebi uma coisa interessante: havia algumas exigências para a avaliação dos programas, centrada na produção intelectual, tanto dos professores quanto dos estudantes. Na volta, no avião ainda, comecei a pensar algumas coisas: o Programa da USP era de excelência, mas não se apresentava como tal, pois não havia uma exposição efetiva de sua qualidade. O *folder* veio nesse contexto. A outra concretização, como disse, foi a informatização do Departamento, isto é, a criação de uma base de infraestrutura para funcionários e professores. A última realização vinha de um questionamento: como é possível ampliar a produção acadêmica do Departamento? Poucos dias antes, eu havia recebido o professor Reginaldo Prandi, que me disse ter diversos livros para serem publicados, os quais, ao mesmo tempo, chamavam atenção para o péssimo mercado editorial que tínhamos em São Paulo. Eu pensei, então, em colocar recursos da Pós-Graduação nas publicações.

Lembro que, no dia seguinte, liguei para um editor, o Flávio George Aderaldo, da Hucitec, que eu conhecia, pois sua editora possuía uma linha de publicações na área de História, coordenada por Fernando Novais. O Flávio foi editor das poesias de meu pai. Liguei para o Flávio e disse: “Olha, eu tenho recursos. Tenho bons títulos já prontos, uma produção considerável, no Departamento de Sociologia”. Perguntei, então, se ele aceitaria fazer uma coedição com o Programa. Ele disse que sim, desde que isso não diminuísse a qualidade de sua editora. Foi então que começamos essa linha editorial, que, hoje em dia, como se sabe, está com a Editora 34. O primeiro título daquela parceria foi um livro do Reginaldo Prandi.

O fato é que, a partir desse momento, eu comecei a refletir melhor sobre o que mais eu poderia fazer nessa linha de fomento à produção acadêmica. Foi nesse período que percebi, também, que os estudantes da Pós-Graduação não tinham um veículo que acolhesse suas publicações – enquanto os estudantes de Antropologia tinham a *Cadernos de Campo*. Na época, chamei um grupo de estudantes da Pós, entre eles Ângela Alonso e Fernando Pinheiro – que hoje são professores do PPGS –, junto com Omar Ribeiro Thomaz, que hoje é docente na UNICAMP e era aluno da Antropologia e um dos editores da *Cadernos de Campo*. Fizemos uma reunião, e manifestei meu desejo de que eles fizessem e coordenassem uma revista que fosse de alto padrão e um escoadouro da produção dos estudantes da Pós-Graduação em Sociologia. A ideia inicial era de que eu poria recursos nas edições e não interferiria em nada. Meu desejo, portanto, era de que o projeto fosse feito com seriedade e independência. E tudo isso deu certo. Os estudantes são ótimos; a melhor coisa que existe na Universidade são os estudantes. Nós não

envelhecemos porque estamos em contato constante com eles. Nosso lado jovem está sempre aflorando por conta dessa convivência.

Durante a concepção, começamos a discutir os possíveis nomes da revista. Confesso que não lembro quem primeiro sugeriu *Plural*. Sei que, depois de muita discussão com os estudantes, acabou ficando esse o nome. Então, um aluno da Pós-Graduação em Antropologia, Luiz Henrique de Toledo, fez aquele desenho que foi capa da revista nas primeiras publicações, que parece um pouco uma baleia, um pouco uma cidade, enfim, o desenho foi eleito como arte da capa da *Plural*. Recentemente, o CPC, Centro de Preservação Cultural, órgão que está localizado na Casa de Dona Yayá, ligado à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária, fez uma exposição de revistas estudantis. Lá estava a *Plural*. Eu fiquei muito emocionada, quase chorei, quando vi.

Foi basicamente assim que se fundou a *Plural*. Resumindo, a revista surgiu a partir de uma preocupação que eu tinha sobre como aumentar a produção científica do Programa, em meados da década de 1990; mais especificamente, criando um mecanismo de difusão para os estudantes. Por ser filha de poeta, muita coisa permanece só na imaginação, mas a *Plural* foi um projeto que deu certo. A partir daí, creio, a produção do próprio Departamento cresceu muito, e nós tivemos um diferencial, que era a produção dos alunos – o que outras instituições não possuíam. E não se tratava de qualquer produção, pois os alunos fizeram coisas notáveis, inéditas, como aquela tradução feita por um ex-orientando meu, o Rubens de Oliveira Martins e a Marta Cavalcante de Barros, na edição número 6, de um artigo de Raymond Williams, “A fração Bloomsbury”, que até então não tinha tradução no Brasil. Por essas e outras, quando eu escuto algo sobre a *Plural*, ou a cada semestre, quando recebo o boletim de divulgação da Comissão Editorial do periódico, eu só posso ter vontade de chorar, entende? Eu defendo a *Plural* até o fim, porque a *Plural* é um instrumento fundamental no PPGS, um instrumento fundamental para os estudantes.

**Revista Plural** *Em sua avaliação, qual impacto um periódico como a Plural teve para a produção sociológica no país, em todos esses anos?*

**Maria Armanda do Nascimento Arruda** De fato, a *Plural* gerou um impacto interno no Programa, mas também externo. Quando construíamos os relatórios da CAPES, nós percebíamos que a *Plural* ampliava muito a produção da Sociologia. Em geral, professor publica, mas, com a expansão da Pós-Graduação, os professores de outros programas tinham que publicar também. Qual era o capital intelectual que nós tínhamos e que não se expressava efetivamente? Nosso diferencial eram os

estudantes de Pós, isto é, a autonomia deles em tomar iniciativas e tocar projetos. Isso fez com que tivéssemos um diferencial na hora de construir as avaliações e, inclusive, nas distribuições de notas. Naquele momento, mas ainda hoje. É claro que os canais de publicação para estudantes, hoje, são mais ágeis e diversificados. Existem vários outros, atualmente, inclusive pela internet. E eles se tornam cada vez mais concorridos. Isso mudou muito, mas, naquele momento, não era assim. Na época, eu percebia que nosso diferencial era precisamente este: tínhamos grandes títulos, mas, ao mesmo tempo, muitas ideias dos estudantes e poucos locais para escoar esse potencial. Foi isso que gerou uma cultura diferente de publicações, algo que fazia espriar as publicações dos alunos para fora da USP.

**Revista Plural** *E quais são os desafios atuais, sobretudo, se considerarmos o ambiente atual da produção acadêmica no Brasil, os indicadores, os parâmetros de classificação e as dificuldades ligadas ao cotidiano da gestão editorial e à política de um periódico?*

**Maria Arminda do Nascimento Arruda** De fato, eu não sei dizer bem. Acredito que, além de continuar com a qualidade que sempre lhe foi própria, é necessário expandir ainda mais a política editorial da *Plural*, algo que foi e continua sendo levado a cabo pelos alunos; obviamente, adaptando-se aos critérios atuais de avaliação. Esse é um grande desafio da revista. Só devo dizer que não gosto muito de revistas somente eletrônicas. Se tivesse continuado na coordenação do Programa, certamente, eu teria lutado para que a revista não alterasse seu formato impresso, ou, pelo menos, mantivesse as duas versões.

**Revista Plural** *A senhora tocou em um assunto interessante. Se, até uma década atrás, o meio de difusão das pesquisas mais comum era o impresso, com o advento do meio eletrônico e sua popularização, tal quadro modificou-se bastante. A Plural seguiu o mesmo caminho...*

**Maria Arminda do Nascimento Arruda** Pois é, e eu fui contra esse processo. Devo dizer que não gosto da imaterialidade, porque não tem nada mais ligado à dinâmica do capitalismo contemporâneo do que as coisas que deveriam ser sólidas e se evaporam, “desmancham-se no ar”. Não gosto do imaterial. Particularmente, prefiro ler no papel, pois nele você alimenta outros sentidos, como o tato, as anotações no papel. Trata-se de outra relação que se estabelece com o que se está lendo. Isso tudo passa a sensação de que você tem um corpo e que está estabelecendo uma relação sensorial com o objeto. E isso não é nada desimportante. Fazendo uma digressão, há pouco tempo, eu estava conversando com uma pessoa

que me falou algo que me deixou muito impactada negativamente. Era sobre a morte. Eu tive três irmãos que morreram. Em 2012, morreu outra irmã, que não era biológica, mas que eu considerava como tal, pois fomos colegas desde a graduação. Trata-se da colega e socióloga Gisela Taschner, ex-professora da Fundação Getúlio Vargas. Então, o problema da morte é um problema que está muito presente em minha vida. Estava conversando com essa pessoa, e ela fez o seguinte comentário: “Mas o que importa o corpo? Depois da morte, o corpo desaparece”. Eu disse: “Importa, sim! Veja Antígona. Nós temos direito aos nossos mortos, nem que seja um corpo que já está se desfazendo, pois ele se constitui como lugar simbólico. Veja a busca das mães e dos demais familiares pelos desaparecidos políticos”. Bom, estou falando isso tudo para afirmar a importância do material. Um livro é um livro, é um lugar simbólico, também. E eu gosto de sentir o cheiro do livro, tocá-lo, fazer anotações. Ele tem essa coisa de ter um corpo que te acompanha. E isso é importante.

**Revista Plural** *Queríamos seguir nas contribuições que a Plural tem dado, tanto para a circulação da produção de jovens pesquisadores como para a experimentação, no trabalho editorial. Ao pensar na profissionalização dos estudantes, o quanto uma iniciativa como a Plural é tributária de algo que a senhora já vem estudando há tempos, que é a formação do campo sociológico? Em que medida nosso periódico pode ser considerado uma expressão desse movimento de profissionalização do campo acadêmico da Sociologia moderna no Brasil?*

**Maria Arminda do Nascimento Arruda** Eu não pensei dessa forma na época, mas posso dizer que, realmente, talvez tenha tido esse desdobramento. Na época, o que imaginei foi o seguinte: eu sei que o Programa de Sociologia tem alunos de alto padrão e eu gosto muito da convivência com os estudantes, eu os respeito, tenho um grande respeito pela qualidade, pelas ideias, pelas contribuições dos estudantes. Não achava justo que isso não fosse reconhecido. Além do mais, ainda tinha uma questão prática, que era a avaliação da Pós, a cada dia mais rigorosa. Nosso diferencial eram os estudantes. Hoje, percebo que, claro, a formação do campo pressupõe os veículos, e a *Plural*, nessa área específica, é um dos veículos, o qual eu almejava que fosse um dos veículos mais importantes nesse campo – e acho que ela pode ser, de fato. Inclusive, eu gostei do último número. Tenho visto o trabalho de vocês. Sempre vejo.

O que é a experiência de um aluno? Leopoldo Waizbort, por exemplo, hoje é professor do Departamento de Sociologia; Rubens Martins se tornou alto assessor no Ministério da Educação; Enio Passiani é professor na Universidade Federal do

Rio Grande do Sul. Estou agora me lembrando de meus orientandos mais próximos, mas há muitos que hoje são professores. Essa experiência é única. O que significa um estudante estar ligado ao corpo editorial da revista? Vocês precisam lidar com o campo de vocês, com a qualidade dele, têm de estabelecer julgamentos, difundir ideias – pois uma revista é um veículo de difusão – e, no fim, aprender com tudo isso. É claro que isso envolve, sim, um processo de profissionalização. A *Plural* tem esse papel, e ela passa a ser um veículo que entra no jogo do campo, na conformação do campo das Ciências Sociais. Hoje, percebo isso, mas posso dizer que não foi com essa clareza que imaginei na época. Fazemos as coisas, amiúde, meio intuitivamente.

**Revista Plural** *Gostaríamos que comentasse em que medida sua própria formação, em especial seu estudo sobre Florestan Fernandes, a Escola Paulista e a estruturação de uma Sociologia científica moderna, esteve em diálogo com as iniciativas tomadas na época, no sentido de investir na infraestrutura e na questão acadêmica do Programa.*

**Maria Armanda do Nascimento Arruda** Esteve ligada, sim. Hoje, olhando para trás, posso dizer isso. Meus estudos me fizeram perceber que o projeto de Florestan não era brincadeira, era um projeto profissional de estruturação do que nós chamaríamos hoje de *campo científico*. Era algo altamente profissional, em todos os níveis, o que demandava construir posições mais legítimas, de destaque. Portanto, tratava-se de uma luta renhida. Florestan foi um grande sociólogo, talvez o sociólogo mais importante da moderna Sociologia acadêmica brasileira, se pudermos assim dizer. E, ademais, era uma grande pessoa. No entanto, ele nunca brincou em serviço. Se precisasse tirar alguém que ele julgasse sem mérito, ele tirava com a maior tranquilidade. A ideia dele era fazer das Ciências Sociais e da Sociologia, em particular, uma profissão. Tanto que ele exigia que certas conferências fossem pagas. Só depois, no fim da vida, com toda uma visão política de fora da Universidade, é que isso mudou. Não é que ele fosse uma figura venal; ao contrário, ele era muito disponível. Mas a escolha por cobrar era para dizer: “Olha, eu sou um profissional, e um profissional é remunerado”. A outra coisa era: é necessário construir um projeto que seja intelectualmente relevante e cientificamente sólido. Coisas como essas estavam em minha cabeça.

Outra coisa que contou, na época – e hoje, também; e eu só percebo agora, como uma professora madura –, foi minha experiência pessoal, de vida, minha biografia. Eu falei um pouco disso na ANPOCS deste ano. Quando eu recebi o prêmio (Prêmio ANPOCS de Excelência Acadêmica Antônio Flávio Pierucci em Sociologia),

eu tive que falar. Quem teve a trajetória biográfica que eu tive, quer dizer, quem vem do estamento, e de um estamento em decadência, e, sobretudo, sendo mulher – é preciso ver isso –, tem que encontrar uma saída para as contradições, ou pelo menos reconhecê-las e equacioná-las. Eu sempre detestei a inação, eu não gosto de não fazer nada diante das coisas. Eu posso até dizer: “foi errado, vamos corrigir”. Mas, entre o erro e a inação, eu prefiro o erro. Não suporto a omissão, porque tenho uma ilusão de que é necessário interferir na vida, mesmo sabendo – afinal, a gente é sociólogo – que o resultado de nossas ações diverge de nossas intenções e que, uma vez que nossas ações caem no mundo, a gente não realiza quase nada do que pretendia. Mas eu tenho a pretensão de interferir nas coisas, e isso tem a ver com a decadência social, com o processo de descenso. O que é o descenso? É você ver as coisas indo embora, sem poder fazer nada. Eu acho que tem a ver com minha biografia e também com a junção desta com uma questão de gênero. Não tenham dúvida de que isso vale também. É mais difícil para a mulher chegar à vida profissional, intelectual, sobretudo, as que fogem ao estereótipo. Eu creio que eu fuja um pouco; hoje menos, talvez. Enfim, mulher tem que mostrar a que veio.

**Revista Plural** *Nessa trajetória, a Sociologia da cultura acabou se colocando como uma preocupação, desde o princípio. Por que a Sociologia da cultura? Qual era a condição do próprio campo de estudos, naquele momento?*

**Maria Arminda do Nascimento Arruda** Cheguei a São Paulo, vinda do Rio de Janeiro, de uma família de cinco filhos. Nossa ida de Minas Gerais para o Rio e do Rio para São Paulo aconteceu, claro, porque já havia um processo de descenso enorme. Mas a vinda para São Paulo, particularmente, teve uma dimensão de aventura de meu pai – ele sempre foi uma figura meio extravagante. Poderíamos ter ficado no Rio, mas ele quis vir para São Paulo. Venho de uma família de pessoas cultas; então, a cultura sempre foi importante para mim. A professora Heloísa Pontes, que foi minha primeira orientanda, fez minha apresentação na ANPOCS deste ano e falou uma coisa que me deixou perplexa. Ela disse que havia uma distinção no que eu escrevo; Vou reproduzir o que ela disse, para pensar um pouco sobre isso. Ela disse que eu sempre fui uma cultora da forma, e, por isso, a forma sempre foi importante para mim. E, por sua vez, a análise da forma vem das preocupações com a cultura. Disse também que eu busco conciliar precisão sociológica com um estilo de escrever meio dramático, que vinha de minhas leituras permanentes de literatura. E isso eu achei muito estranho.

Por que a Sociologia da cultura? Eu nasci em um ambiente em que a cultura era central. As histórias infantis – isso você não adquire, você vive – que eu ouvi



eram todas inventadas por meu pai; e minha mãe nos lia contos franceses, contos universais. Eu ouvia isso, mesmo sem saber ler. Outro dia, eu estava aqui, em uma circunstância difícil da Pró-Reitoria, lembrando-me de um desses contos, do Oscar Wilde, chamado *O rouxinol e a rosa*, que eu ouvia com três, quatro, cinco anos... Não sei bem. O fato é que você aprende que cultura é importante – e sempre foi importante em minha casa. Quando me formei, o cânone fundamental da Sociologia da USP não era a cultura, e eu não me reconhecia em nada. Era sindicato, Sociologia do desenvolvimento, trabalho, mas eu não gostava de nada daquilo; não sabia o que ia fazer. Na verdade, estava para fazer Direito ou Teatro, porque já tinha certa experiência amadora. Cheguei a passar no vestibular da Escola de Comunicação e Artes – era possível, naquela época, prestar dois vestibulares na USP. Ou, então, ia fazer Letras. Eu cheguei aqui, entrei em um ambiente interessante, comecei a conhecer jovens muito politizados. Minha geração não tinha saída: ou ficava quieta ou aderiu a esses movimentos políticos; e eu aderi aos movimentos mais à esquerda, mais radicais. Na época, confundia-se Sociologia com socialismo. Então, fui fazer Ciências Sociais. Eu queria ser uma penalista, antes, tinha uma visão romântica do júri – imagine, não gosto de violência nenhuma! Obviamente, também não tinha sido educada para ser uma dona de casa. Era para ser uma pessoa culta, mas não para o mercado de trabalho. Então, fui fazer Ciências Sociais. Quando me formei, ainda estava meio perdida. No entanto, o professor Gabriel Cohn deu um curso – começava a despontar o pessoal de Frankfurt – sobre processos ideológicos, processos de reprodução, já que era o momento da indústria cultural. Foi então que comecei a encontrar um lugar na área da cultura. Isto eu também falei na ANPOCS: na área da Sociologia, o primeiro premiado foi Sérgio Miceli, a segunda fui eu, ambos sociólogos da cultura. Isso quer dizer que a Sociologia da cultura fincou pé no panorama das Ciências Sociais brasileiras. Hoje, é uma das referências essenciais, mas, na época, não. Comecei a me preocupar com a cultura não porque, de repente, estivesse construída uma cena, mas porque já achava que a cultura era importante. Lia literatura, sempre li. Digamos que essa foi minha socialização, para usar o jargão sociológico; foi, sobretudo, no campo da literatura, não das artes plásticas. Os livros não substituem a vida, mas às vezes falam melhor para nós das coisas da vida. A Sociologia da cultura meio que se impôs a mim, e eu comecei a explorar essa questão.

**Revista Plural** *E desse processo resultaram obras que são referências no campo...*  
**Maria Arminda do Nascimento Arruda** Será que são? Eu não sei, eu sempre acho que sou uma devedora na vida intelectual. É engraçado isso, tem a ver com al-

gumas condições que descrevi em meu ensaio mais recente sobre Lúcio Cardoso, “Lúcio Cardoso: tempo, poesia e ficção”, sobretudo o livro *Crônica da casa assas-sinada*, mas, de forma geral, com o conjunto da obra do Lúcio, que é uma análise da decadência da família mineira, o retrato de uma violência nua e crua. Acho que eu quase “esviscerei” minha própria experiência – e eu tenho a impressão de que tem a ver muito com a posição da mulher nas famílias tradicionais. Elas são subalternizadas; mas essa subalternidade tem uma contrapartida: elas têm uma grande ingerência sobre o espaço doméstico, e isso envolve muito rigor, “autorrigor”. Quando eu tive que analisar aquela experiência, que fala muito ao meu ouvido, eu pensei nisso. Então, eu tenho sempre essa sensação da falta: eu não fiz quase nada. Por exemplo, tenho dois livros começados e que eu não consigo realizar. Por outro lado, isso aqui (a PRCEU) também me seduz, mas eu também avalio que não consigo realizar como gostaria.

**Revista Plural** *A partir do que a senhora considera ser uma contribuição modesta, mas que tem impactado nos estudos do campo, queríamos que comentasse o quanto perspectivas analíticas inscritas em *Metrópole e cultura*, como “modernização”, “centro-periferia” e “impasses da modernização”, podem contribuir ao estudo das configurações culturais contemporâneas.*

**Maria Arminda do Nascimento Arruda** Isso tem um pouco a ver com a forma como eu avalio *Metrópole e cultura*. É que a vida intelectual tem esse negócio terrível, que uma coisa é o que você escreve, outra coisa é o que pensa que escreveu, e outra coisa, ainda, é o que os outros acham que você escreveu! A forma como os outros leem foge do controle. Bom, como é que eu vejo aquele livro? Primeiro, ele tem um fio analítico, mas esse fio é muito tênue, porque eu trabalho com a fragmentação das linguagens. Isso não é meu, não há originalidade nenhuma. Jorge Luis Borges tem uma frase maravilhosa: “Nada é original na face da Terra, tudo é plágio. Se não for plágio, não é bom”. O que ele está querendo dizer é que, talvez, algumas coisas não valessem a pena ser pensadas. Eu me inspirei em Carl Emil Schorske, no livro sobre a grande modernidade em Viena, no fim do século XIX, início do XX, *Viena Fin de Siècle*. E, então, eu pensei São Paulo.

**Revista Plural** *Tomou a questão formal da obra do Schorske, então?*

**Maria Arminda do Nascimento Arruda** A questão formal, as linguagens. Sempre me preocupei com a forma. Este é um lado. Como é que surge o *Metrópole*? Quando eu escrevi anteriormente *Mitologia da mineiridade*, que talvez seja meu livro mais pessoal, trabalhei com uma noção de *sistema cultural*, mostrando que

ali havia um trânsito entre os primeiros viajantes, a política, os ensaístas, os intérpretes, a literatura e o discurso político, e que era possível trabalhar com todas essas referências juntas, ainda que preservassem particularidades – porque uma coisa é o discurso político, outra é o Drummond de Andrade –, mas é possível encontrar um universo comum de referências. *Mitologia* vai ao século XVIII, vem ao XX, volta ao XVIII, enfim, ele não é um livro de historiador. Trata-se de um tipo sociológico. Por isso eu propus distinções: o discurso político está mais próximo da categoria de ideologia; a literatura, mais do imaginário, enquanto criação; o memorialismo é a construção que está no meio caminho, etc. Em seguida, houve aquele período da *História das Ciências Sociais no Brasil*, em que trabalhei a experiência mineira, e, depois, a análise da Escola Paulista de Sociologia, sobretudo de Florestan Fernandes, que foi a figura central em sua construção – embora não exclusiva, pois nunca se é. Isso me lembrava de uma passagem de Bourdieu, na qual ele diz que, se alguém quisesse estudar o campo intelectual francês em 1950, deveria conhecer Sartre, caso contrário, não é possível entender nada. No meu caso, se você quiser entender o que foram as Ciências Sociais em São Paulo nesse período, e não tratar de Florestan, você não é capaz de entender nada. O que eu fiz ali foi tentar também compreender a obra do Florestan, porque os temas eram aqueles, e como essa obra vai sendo repensada em função das questões do momento. O projeto dele, de uma sociedade moderna nos trópicos, de uma sociedade da era científica e tecnológica, de uma sociedade afluyente, que começava a fazer água com essa modernidade que se realiza sob o regime militar, sob o controle, isso me marcou. Os autores que estudei me marcaram muito. Então, pensei em fazer o livro, *Metrópole e cultura*, porque, a partir do estudo das Ciências Sociais e da Sociologia, particularmente, nos anos 1950, eu percebi que havia outras coisas que era preciso compreender, que não bastava ficar nas Ciências Sociais.

Já no primeiro ensaio sobre Florestan para *História das Ciências Sociais no Brasil*, faço uma ligeira aproximação entre as artes, a linguagem concreta e a linguagem da Sociologia científica. Mostro que Florestan está muito mais próximo, como linguagem, de uma linguagem seca, desnuda, cheia de conceitos, próprios ao concretismo, que é a mesma linguagem especializada. Dali surgiu a ideia do *Metrópole e cultura*. Mas, quando eu trouxe a noção de *sistema*, utilizada na pesquisa anterior, não dava certo, começava a derrapar para entender São Paulo no período.

**Revista Plural** As linguagens não se integravam...

**Maria Arminda do Nascimento Arruda** Não se integravam; cada uma tinha certa

autonomia. A pergunta que eu fazia era da Sociologia: mas como, tratando-se do mesmo contexto social? Eu já tinha lido o livro do Schorsky, lá no IDESP – a gente fazia seminários, era uma experiência fantástica. Então, eu reli o livro do Schorsky, e pensei: “É isso aqui”. Porque eu tratei dos modernistas de Minas Gerais, mas em um contexto de sociedade tradicional, por isso poderia perceber o sistema e o domínio da literatura, porque a literatura é uma linguagem que tem de se sedimentar, de se decantar, pelo menos para dar boa literatura. Por isso, São Paulo deixa de ter grande literatura – aqui é essa convulsão. Mas, em contrapartida, é um lugar para as artes, a crítica, a ciência; era outra coisa. Eu me dei conta disso. Isso aqui é modernismo internacional, avançado, etc. É fragmentado, mesmo. Você não tem mais um sistema, mas linguagens relativamente autônomas. E foi então que eu fiz o livro *Metrópole e cultura*. O que ele tem de inovador, se é que tem, é esse tratamento das linguagens que são consideradas em si mesmas. Nicolau Sevcenko, que fez uma das resenhas, quando o livro saiu, salientou que eu tratava a Sociologia com a linguagem da Sociologia, que eu fazia Sociologia da linguagem sociológica; eu tratava as artes com a linguagem das artes. O livro tinha uma espécie de tradução, ou retradução, da própria linguagem para entender a linguagem. O teatro com a linguagem do teatro, etc. A isso se combinava todo um arcabouço que vinha da USP, que eu tinha absorvido lendo Florestan, que é a questão da modernização conservadora e de um projeto moderno que se realiza parcialmente, pois derrapa. Por isso que Sérgio Miceli afirma que se trata de um ensaio “adorniano”. Theodor Adorno está no trabalho. Contudo, o livro é uma combinação de referências. Bourdieu também está lá, Elias, Wittgenstein, com a noção de linguagem. E por que essa preocupação com a linguagem? Porque eu cresci lendo literatura, minha mãe lia literatura para a gente. Até hoje eu fico pensando naqueles contos de Jane Austin, Guy de Maupassant, Oscar Wilde. Falei para vocês que, há poucos dias, em um contexto particular da Pró-Reitoria, eu fiquei pensando no *O rouxinol e a rosa*, do Oscar Wilde. No desfecho: “Que coisa tola é o amor! [...] Vou estudar metafísica”. Minha relação com esse ambiente era esta: “Que coisa tola eu ficar aqui, acho que vou estudar outra coisa”. Assim termina o conto. Ao mesmo tempo, o que eu tentei dizer é que há outras referências, como Marx. Fui professora sobre os estudos de Marx durante muitos anos, no curso de Sociologia III, e para o autor não é possível trabalhar com a produção intelectual, caso não se verifique o modo de sua produção, pois há um modo de produção da linguagem, e isso está enraizado em certas experiências. Bourdieu, depois, vai explorar esse veio. Muitos exploram, mas isso tem origem em Marx, em *Ideologia alemã*. Então, foi isso que, no fun-

do, eu fiz, no estudo sobre Florestan, ao contrário da crítica que alguns fizeram, dizendo que eu era uma institucionalista, porque fazia uma relação entre a linguagem e a universidade.

Nunca fui uma institucionalista. Ao contrário, o que me preocupa é a análise da linguagem e da forma. Por que a forma é essa e não outra? Isso eu acho que vem de minhas leituras de Frankfurt, da crítica de arte, do ensaio, e daí para frente. Agora, o que é hoje *Métropole e cultura*? O livro representa, acredito, uma análise feita do ângulo do ensaio, a qual já vinha sendo recuperada. Florestan Fernandes era contra o ensaio, dizia que era a linguagem do estamento e que era pré-científica, mas, quando ele constrói uma grande interpretação, em *A revolução burguesa no Brasil* – eu chamo atenção para isso depois –, utiliza-se do ensaio de interpretação sociológica. Não é o mesmo ensaio dos anos 1930 ou de Antonio Cândido, mas é um ensaio também, é uma macrovisão, que tem uma tradição na cultura brasileira, no sistema intelectual brasileiro. Toda a interpretação muito abrangente – algo que tento fazer em *Metrópole e cultura* – tende para o ensaio. O ensaio envolve uma perspectiva crítica, antes de tudo. Depois, uma linguagem que pressupõe ter um argumento inicial, que vai se desdobrando aos poucos. É uma forma de exposição. Aquele livro é uma espécie de relegitimação do ensaio e também um retorno às minhas preocupações iniciais, sobre a problemática da modernização conservadora do Brasil.

**Revista Plural** *A senhora poderia explicar um pouco melhor essa forma essencialmente fragmentada da modernização em São Paulo?*

**Maria Arminda do Nascimento Arruda** Afirmo isso porque, em contextos muito modernos, em sociedades que se transformam rapidamente, a cultura tende a se especializar. Isso Bourdieu sugere com sua noção de campo. Então, se você imagina os anos 1940, havia um enorme trânsito entre as artes. Então, ela tende a se especializar: para se entender o teatro, é necessário trabalhar com os artistas, com os profissionais do teatro, com os intelectuais do teatro, com os dramaturgos; e com a linguagem acadêmica é a mesma coisa. Ela se fragmenta, mas é produto de um solo comum, de uma experiência histórica que é única. Por isso que, na abertura do livro, a primeira parte se chama “Ensaio de caracterização”, quando eu tento – não sei se consegui – chamar a atenção para o que era diferente em São Paulo, que tinha possibilitado o aparecimento dessas linguagens díspares, que vão se especializando; o contexto, no fundo, é responsável por tudo isso, até pela fragmentação. Por outro lado, para se entender uma linguagem, é necessário reduzi-la à sua própria linguagem. Isso é uma lição que eu tirei do Schor-

sky: é necessário reduzir a linguagem a si própria, a fim de entendê-la. Por isso, usei a própria linguagem do *gênero* para entender gênero. Refaço isso, quando penso todos esses projetos avançados: não é que eles morreram, não feneceram completamente; eles ficaram nublados, redefiniram-se, no contexto conservador, e as promessas não se realizaram integralmente. Esse é um solo comum às linguagens. Quanto à forma, trata-se de verificar essa experiência social que é múltipla e, portanto, comporta uma variedade de atores, de orientações e de valores, o que é típico do moderno, o qual comporta também uma variedade de linguagens, capaz de produzir formas de linguagens diversas.

Então, a primeira pergunta que eu me fiz para ir direto à forma foi: por que a forma do teatro de Jorge Andrade pressupõe o Teatro da Memória? O que tem a ver com aquela experiência? E como é que a construção de suas peças e de sua dramaturgia implica tratar de uma memória que está em desaparecimento frente a esse mundo moderno? Da mesma maneira, por que a forma da Sociologia, o discurso da Sociologia, sobretudo no caso de Florestan, é o discurso da ciência, do conceito – o que eu chamei, para tratar de Florestan, de *tempestade de conceitos*? Ora, porque se tratava de construir uma noção de ciência universal, abstrata, aplicável. Foi por aí que eu fui tentando explorar a ideia de forma. É claro que absorvi coisas da Escola Paulista de Sociologia, pois, no fundo, eu virei uma herdeira bem próxima – se não da Escola Paulista, pelo menos de Florestan. Quando eu escrevo, estou próxima do registro dele. Não de uma análise leninista, como a que ele faz no fim de *A revolução burguesa no Brasil*, mas da busca de analisar uma experiência social que começa também a derrapar. Então, estudar a particularidade do moderno no Brasil é fazer aquela distinção entre modernismo, sociedade moderna e modernidade. O moderno é algo ligado a essas experiências sociais, a essa multiplicidade de atores e à construção do capitalismo no mundo. Era disto que se tratava, em um contexto de hegemonia da indústria: o modernismo, esse alto modernismo, avançado, do pós-guerra, com linguagens que se fragmentam e se profissionalizam; e a modernidade, que envolve orientação de valores, portanto, dos sujeitos, dos atores sociais, impulsionados por uma noção de progresso, de avanço, de racionalidade, etc. Isso é São Paulo, e dá um desconforto para quem não é de São Paulo e chega aqui.

Eu li agora aquele livro do Franco Moretti, *O burguês: entre a História e a Literatura*, que foi traduzido pela editora Três Estrelas. É muito bonito, porque ele faz, no início, a primeira tese dele: “Quando o capitalismo triunfa, a burguesia morre”. O que ele está entendendo como ideário burguês? Certamente, o ideário da utilidade, da eficiência, da racionalidade, etc. Após a segunda guerra, com o

consumismo, desse capitalismo sem forma, ou das formas abstratas, mais abstratas, como pensou Marx, essa noção burguesa do útil, da temperança, desaparece. Ele faz uma distinção que fala muito a mim, que é a diferença entre a paixão serena do burguês e a paixão convulsionada do estamento, que é a de Lúcio Cardoso. São Paulo, naquele momento, era a tentativa de construir a paixão serena, mas ela resultou em uma paixão convulsionada.